



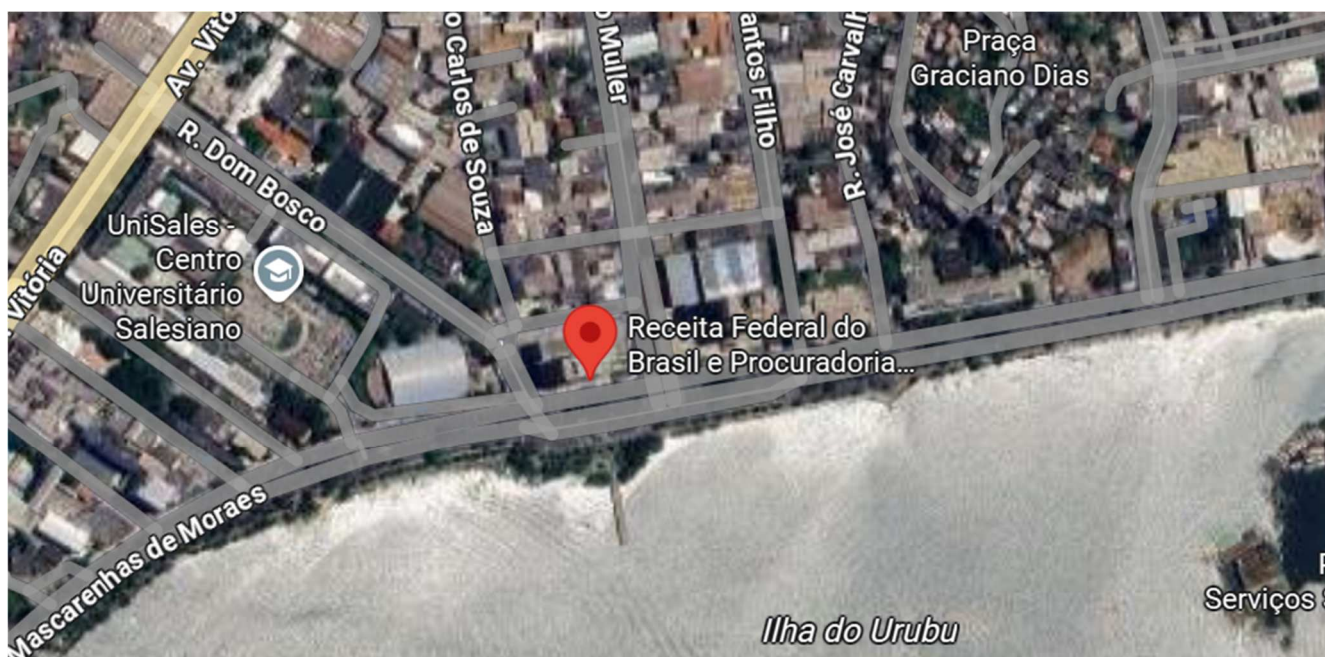
APÊNDICE I AO TERMO DE REFERÊNCIA

DOCUMENTO DE ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

Este Documento de Especificações tem como objetivo fornecer o conjunto de elementos necessários e suficientes para a caracterização da contratação de serviço de engenharia de elaboração de projeto básico de escoramento de laje do edifício sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória (DRF/VIT)

Contexto:

- 1.1. A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória (DRF/VIT) está sediada em um imóvel próprio da Receita Federal, que foi entregue em 2019.
- O imóvel está localizado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1.333, na Ilha de Santa Maria, em Vitória, Espírito Santo



- 1.2. A arquitetura do prédio está dividida em dois blocos:
- 1.2.1. Um bloco com 2 pavimentos de embasamento e 10 pavimentos tipo, destinado ao atendimento ao público e atividades administrativas.
 - 1.2.2. Um segundo bloco reservado para o estacionamento de veículos.
- 1.3. Recentemente, a equipe responsável pela manutenção predial identificou graves comprometimentos estruturais no bloco destinado ao estacionamento de veículos — o



edifício-garagem — conforme registrado no Relatório de Vistoria e Inspeção elaborado pela empresa de manutenção predial.

1.4. No dia 18/07/2025 foi realizada visita ao imóvel pela Defesa Civil do Espírito Santo, onde se confirmou risco estrutural no edifício garagem, recomendando a contratação de profissional habilitado para análise da estrutura e verificação da adequação e eficácia das juntas de dilatação existentes, com base na norma ABNT NBR 6118/2023 e demais normativas técnicas pertinentes.

1.5. Além disso, no dia 14/08/2025 engenheiros da 3ª Região Fiscal do Brasil visitando o imóvel classificaram o grau de risco do edifício como PRIORIDADE 1 (**CRÍTICO**), segundo a NBR 16747: 2020. Também foi recomendada a necessidade mapeamento geral realizado por empresa/profissional especializado, com indicação em projetos de todas as patologias detectadas relacionados à durabilidade das estruturas do Edifício em caráter **IMEDIATO**.

1.6. Os profissionais especializados da 3ª Região Fiscal do Brasil indicaram a URGÊNCIA de escorar de forma imediata o pavimento térreo do edifício garagem (G1), na área de equipamentos (transformadores e gerador), enquanto se fazem avaliações e se definem soluções de reforço para garantir que as deformações não ultrapassem os limites aceitáveis.

1.7. Para tanto, devido ao iminente risco de colapso estrutural, foi realizada uma dispensa emergencial, no âmbito do processo 13113.344459/2025-53, onde foi contratado o escoramento da laje em questão.

1.8. Paralelamente, está em andamento a contratação de laudo técnico do imóvel da sede da DRF/Vitória, o qual subsidiará a futura execução das obras de reforço estrutural de toda a edificação. Contudo, o prazo para conclusão do laudo é de 360 (trezentos e sessenta) dias. Dessa forma, torna-se necessária a realização de nova contratação, tendo em vista que a dispensa emergencial possui prazo máximo improrrogável de 12 (doze) meses, com término previsto para outubro de 2026, sem que até essa data haja solução definitiva para o problema estrutural da laje.

1.9. O serviço a ser contratado terá como finalidade a elaboração de projeto básico de escoramento da laje, com vistas a subsidiar a posterior contratação e execução de novo escoramento, garantindo a manutenção das condições de segurança e integridade estrutural do imóvel até a comprovação da capacidade de suporte das cargas incidentes, a ser assegurada por meio de solução definitiva de reforço estrutural.

Justificativa da necessidade da contratação:

2.1. O imóvel sede da Delegacia da Receita Federal em Vitória (DRF/VIT) apresenta danos estruturais aparentes, conforme apontado em laudos técnicos emitidos por engenheiros especializados. De acordo com o relatório, a laje do edifício apresenta indícios de rotação decorrente de sobrecarga, o que compromete a segurança estrutural do imóvel e coloca em risco a integridade física dos servidores, colaboradores e cidadãos que frequentam a unidade.

2.2. Diante desse cenário, a equipe técnica recomendou a imediata execução de serviços de **escoramento da laje** como medida preventiva e emergencial, devendo tal escoramento permanecer ativo até que sejam realizados os devidos reforços estruturais capazes de assegurar a plena capacidade de suporte das cargas incidentes, o que foi feito através de dispensa emergencial no processo nº 13113.344459/2025-53.

2.3. Com o fim do prazo de contratação da laje se aproximando, faz-se necessário um novo procedimento licitatório até que seja dada uma solução definitiva para o caso.

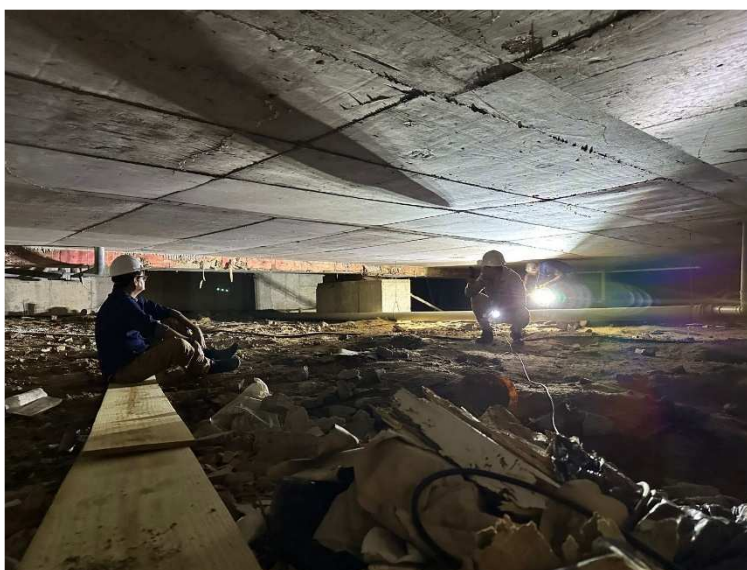


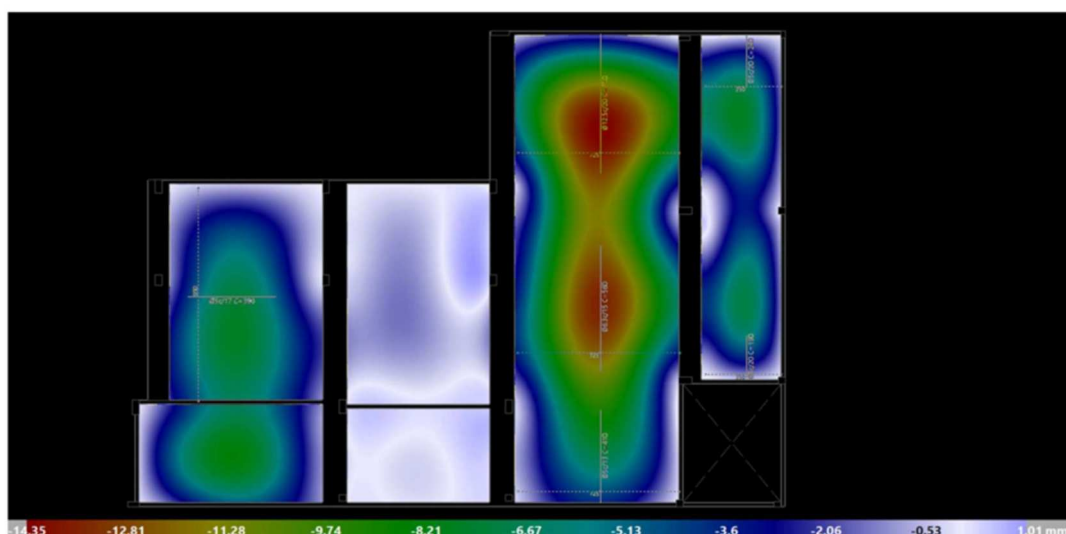
Objeto da contratação:

3.1. Tendo em vista a necessidade que se apresenta, a Administração deve contratar empresa da área de Engenharia, para realizar serviço de elaboração de projeto básico de escoramento de laje do edifício sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Vitória, localizada no município de Vitória, no estado do Espírito Santo.

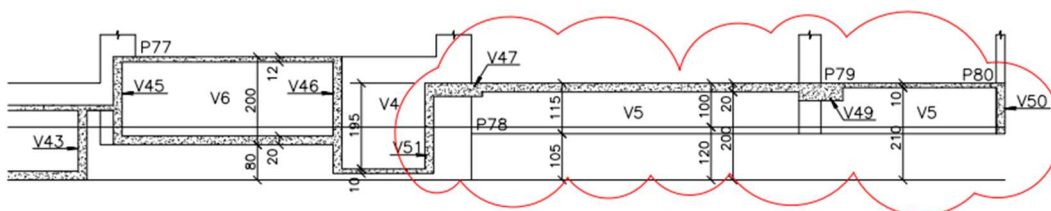
3.2. Em razão de recentes ocorrências de cupins no imóvel, o projeto de escoramento deverá obrigatoriamente prever estruturas metálicas, ficando vedada a utilização de madeira na estrutura definitiva.

3.3. A área que necessita ser escorada de laje recebe grande incidência de carga por se tratar da área técnica da unidade, onde estão localizados o grupo gerador, transformadores, subestação e, futuramente, nobreaks. Ela tem cerca de 245 m² (duzentos e quarenta e cinco metros quadrados), e um vão de cerca de 1,40m (um metro e quarenta centímetros).



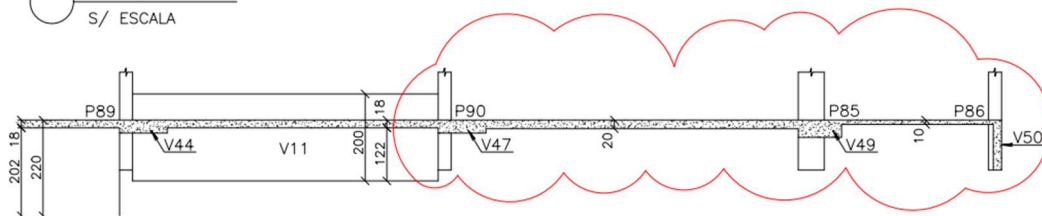


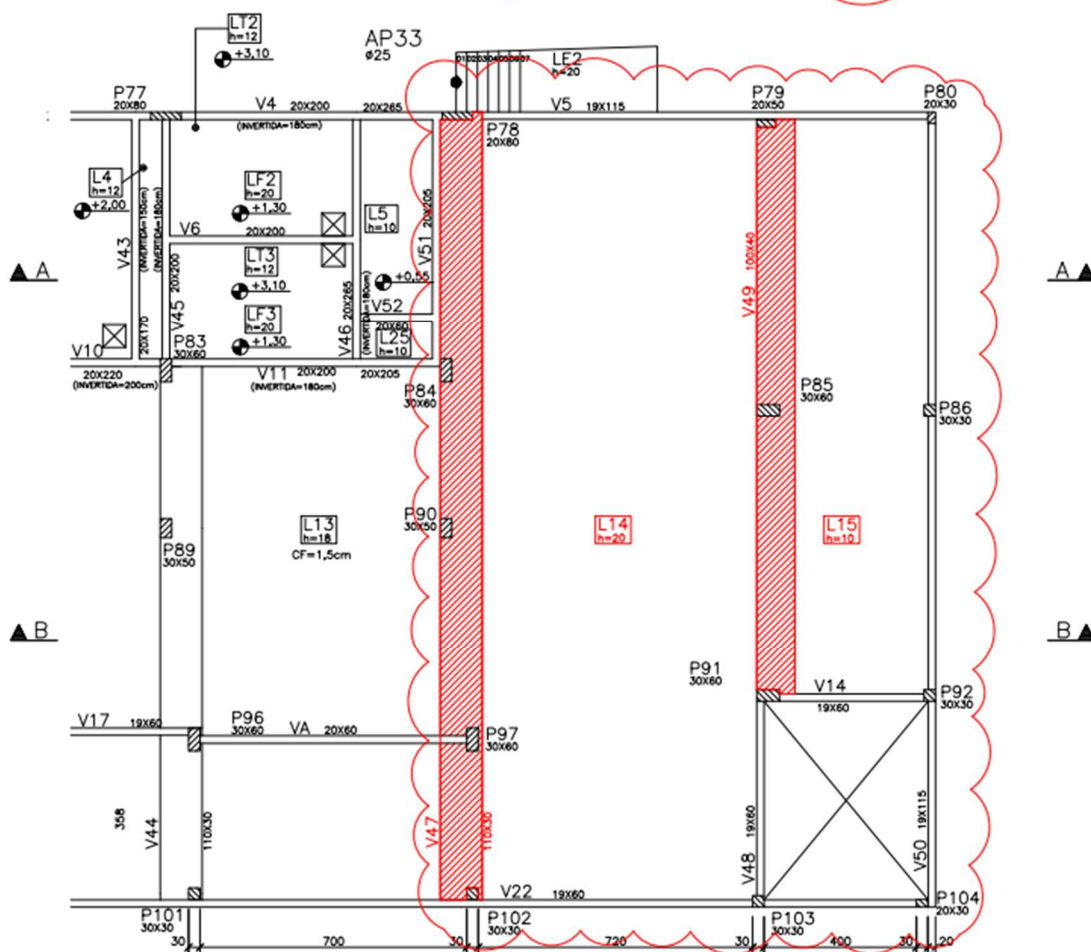
CORTE AA
S/ ESCALA



|| T T ||

CORTE BB
S/ ESCALA





3.4. Atualmente, a laje já se encontra escorada em caráter emergencial. O projeto a ser contratado deverá considerar essa condição existente, prevendo a manutenção do escoramento durante toda a transição para o novo sistema a ser executado. Dessa forma, o novo escoramento deverá ser projetado de modo a garantir a continuidade do suporte estrutural, sem que haja, em nenhum momento, a descontinuidade ou retirada total do escoramento existente, assegurando a integridade e a segurança da estrutura.





Classificação do serviço:

- 4.1. O serviço a ser contratado consiste na elaboração de projeto básico de escoramento estrutural de laje com indícios de comprometimento por sobrecarga.
- 4.2. Trata-se de atividade que envolve avaliação estrutural, dimensionamento técnico e elaboração de orçamento, o que demanda conhecimentos específicos de engenharia civil, notadamente na área de estruturas.
- 4.3. Conforme a Resolução nº 218/1973 do CONFEA, que discrimina as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, compete ao Engenheiro Civil o desempenho das atividades de projeto que envolvam estruturas de concreto, metálicas, de madeira e demais sistemas construtivos.
- 4.4. Assim, a execução de projeto básico do escoramento da laje do edifício é classificada como serviço de engenharia de natureza estrutural, de competência privativa de engenheiro civil registrado no CREA, sendo imprescindível a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) correspondente.
- 4.5. Tal atividade configura-se como serviço comum de engenharia, na medida em que envolve técnica rotineira e consolidada no setor da construção civil, passível de ser contratada mediante especificações objetivas de desempenho e qualidade.
- 4.6. Ressalta-se que a atividade em análise não se enquadra como obra, pois se refere à elaboração de projeto básico de escoramento, atividade de natureza técnica e intelectual. Não envolve execução física ou intervenção na estrutura, tendo como produto final um projeto que subsidiará futura contratação para execução do escoramento.
- 4.7. Dessa forma, o serviço a ser contratado é classificado como serviço de engenharia, na forma do inciso XXI do artigo 6º da Lei nº 14.133 de 2021:

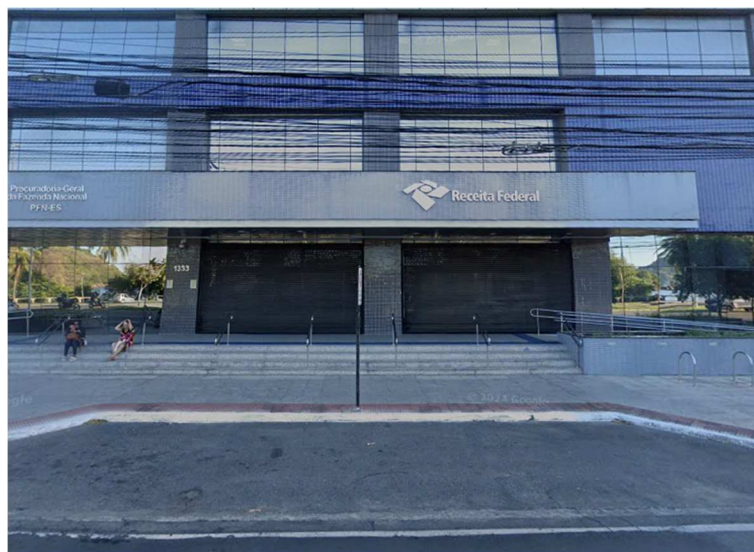
“XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:”

- 4.8. Apesar de classificado como serviço comum, sua execução demanda responsabilidade técnica e acompanhamento por engenheiro civil devidamente registrado no CREA, com emissão da correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), em razão de se tratar de intervenção em elemento estrutural da edificação.

O imóvel:

- 5.1. O imóvel sede da Delegacia da Receita Federal de Vitória é localizada no endereço abaixo:

***Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes,
nº 1.333, Ilha de Santa Maria, Vitória- ES***



5.2. O imóvel ocupa aproximadamente 18.760 (dezoito mil setecentos e sessenta) metros quadrados de área construída, sendo a área da laje que será escorada tem 245 (duzentos e quarenta e cinco) metros quadrados.

Requisitos da contratação:

6.1. A empresa contratada deve estar apta a contratar com a Administração Pública.

6.2. A empresa deve estar habilitada para realizar atividades de análise da estrutura e escoramento, com base na norma ABNT NBR 15696:2009 – Escoramentos – Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos-, e demais normativas técnicas pertinentes.

6.3. Por ocasião da licitação, as empresas licitantes deverão:

6.3.1. Cumprir requisitos de qualificação técnica.

6.3.2. Apresentar profissional para atuar como responsável técnico pela execução do serviço.

6.4. A empresa que vier a ser contratada somente poderá indicar como responsável técnico um Engenheiro Civil inscrito no CREA.

Da responsabilidade técnica:

7.1. O serviço de escoramento estrutural da laje deverá ser executado sob a responsabilidade de engenheiro civil legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, em conformidade com a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, e demais normativas aplicáveis. A ART deverá contemplar integralmente os serviços prestados, abrangendo desde o dimensionamento, projeto e acompanhamento técnico até a conclusão da execução do escoramento.

Da formalização da contratação:

8.1. A contratação será formalizada por meio da assinatura do contrato, na forma do artigo 95 da Lei nº 14.133 de 2021.



Prazos da contratação:

- 9.1. Após a assinatura do contrato, a Administração emitirá uma Ordem de Serviço, momento em que terá início o prazo de execução do objeto da contratação.
- 9.2. O prazo total de execução da contratação será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data indicada na Ordem de Serviço, podendo ser prorrogável de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021.

O Projeto Básico:

- 10.1. Como projeto básico entende-se aquele que está definido na Orientação Técnica IBRAOP 01/2006, especialmente no trecho:

“Projeto Básico é o conjunto de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra a ser executado, atendendo às Normas Técnicas e à legislação vigente, elaborado com base em estudos anteriores que assegurem a viabilidade e o adequado tratamento ambiental do empreendimento.

Deve estabelecer com precisão, através de seus elementos constitutivos, todas as características, dimensões, especificações, e as quantidades de serviços e de materiais, custos e tempo necessários para execução da obra, de forma a evitar alterações e adequações durante a elaboração do projeto executivo e realização das obras”.

- 10.2. Por conta disso, o serviço a ser contratado inclui a realização de todos os trabalhos técnicos necessários à completa execução da obra a ser executada para tornar o imóvel plenamente acessível:
- 10.2.1. Elaboração de desenhos técnicos;
 - 10.2.2. Elaboração de orçamento completo;
 - 10.2.3. Elaboração de cronograma físico-financeiro;
 - 10.2.4. Elaboração de relatórios técnicos, entre os quais laudos técnicos, memoriais descritivos, caderno de encargos e de especificações técnicas;
- 10.3. Entende-se por ‘Desenho’ a “representação gráfica do objeto a ser executado, elaborada de modo a permitir sua visualização em escala adequada, demonstrando formas, dimensões, funcionamento e especificações, perfeitamente definida em plantas, cortes, elevações, esquemas e detalhes, obedecendo às normas técnicas pertinentes”, conforme definição da OT IBRAOP 1/2006.
- 10.4. Entende-se por ‘Orçamento’ a “avaliação do custo total da obra tendo como base preços dos insumos praticados no mercado ou valores de referência e levantamentos de quantidades de materiais e serviços”, conforme definição da OT IBRAOP 1/2006.
- 10.5. Entende-se por ‘Cronograma Físico – Financeiro’ a planilha contendo a representação gráfica do desenvolvimento dos serviços a serem executados ao longo do tempo, representando, em cada período, o percentual físico a ser executado e o respectivo valor financeiro despendido”, conforme definição da OT IBRAOP 1/2006.
- 10.6. Entende-se por ‘Planilha Orçamentária’ aquela que contém “a relação de todos os serviços com as respectivas unidades de medida, quantidades e preços unitários,



calculados a partir dos projetos, cronograma, demais especificações técnicas e critérios de medição”, conforme definição da publicação Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas (TCU, 2014).

- 10.7. Entende-se por ‘Memorial Descritivo’ o documento que contém a “descrição detalhada do objeto projetado, na forma de texto, no qual são apresentadas as soluções técnicas adotadas pelo projeto, acompanhadas das respectivas justificativas, necessárias ao pleno conhecimento do projeto, complementando as informações contidas nos desenhos”, conforme definição da publicação Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas (TCU, 2014).
- 10.8. Entende-se por ‘Caderno de Especificações’ o documento que tem como objetivo caracterizar “individualmente os materiais, equipamentos, elementos componentes sistemas construtivos a serem aplicados e o modo como serão executados cada um dos serviços apontando, também, as unidades de medida que embasarão os critérios para a sua medição e pagamento”, conforme definição da publicação Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas (TCU, 2014).
- 10.9. Entende-se por ‘Caderno de Encargos’ o documento dirigido ao executante da obra que tem como objetivo definir o detalhadamente o objeto de intervenção bem como estabelecer condições, obrigações e responsabilidades que devem ser seguidas pelo contratado para a execução do serviço contratado.
- 10.10. Entende-se por ‘Laudo Técnico’ o documento no qual um profissional habilitado e qualificado relata após observação as condições técnicas de um determinado objeto.

Do produto da prestação do serviço

- 11.1. Como produtos esperados da contratação, deverão ser entregues:
 - 11.1.1. **Projeto básico de escoramento**, devidamente detalhado, e compatibilizado com as condições da estrutura existente, com a devida ART, em conformidade com as normas da ABNT aplicáveis, suficientes e adequados para subsidiar a futura licitação e execução do serviço de escoramento;
 - 11.1.2. **Orçamento completo dos serviços**, contemplando materiais, mão de obra e eventuais adequações necessárias, devendo estar acompanhado da devida emissão da ART. O orçamento do projeto deverá abranger tanto a mobilização quanto a desmobilização da estrutura de escoramento. Deverão, ainda, estar previstos os custos mensais referentes à assistência e manutenção da estrutura, necessários à garantia de sua estabilidade até a realização da desmontagem do escoramento.
 - 11.1.3. **Plano de transição entre os escoramentos**, contendo a descrição das etapas, procedimentos e responsabilidades, de forma a garantir a continuidade do suporte estrutural da laje durante toda a execução dos serviços.
- 11.2. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, realizar vistoria técnica presencial no imóvel objeto da contratação, com a finalidade de verificar as peculiaridades do local e das condições da laje que será submetida ao escoramento.
 - 11.2.1. A visita aos imóveis poderá ser comprovada com a data registrada nas fotografias durante o levantamento in loco.



Do Projeto de Escoramento:

12.1. Tão logo seja emitida a ordem de serviço do, a empresa terá 20(vinte) dias para elaboração do Projeto de Escoramento, que deverá ser encaminhado à Administração.

12.2. O projeto deverá ter como base o mapa de cargas suportado pela estrutura que será disponibilizado pela Administração.

12.3. Deverá garantir capacidade de suporte superior às cargas atuantes, considerando fatores de segurança conforme normas técnicas, prevendo distribuição uniforme dos apoios para evitar novos esforços indesejados sobre a laje e demais elementos estruturais.

12.4. Projeto deverá permitir inspeção e manutenção durante o período em que o escoramento estiver instalado.

12.5. Os licitantes deverão, obrigatoriamente, considerar em suas propostas a manutenção do escoramento atualmente existente, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, que a laje permaneça sem escoramento durante a execução dos serviços.

12.6. Quaisquer intervenções, adaptações ou melhorias no sistema de escoramento deverão ser previamente planejadas de forma a garantir sua continuidade ininterrupta, assegurando, em todas as etapas da obra, a estabilidade estrutural da laje e a segurança da edificação. A substituição ou ajuste de elementos do escoramento deverá ser realizada de maneira gradual e controlada, mantendo sempre o suporte adequado da estrutura.

12.7. Deverá, ainda, ser previsto e apresentado um **plano de transição** entre os escoramentos, contemplando as etapas, procedimentos e responsabilidades envolvidas na substituição ou reconfiguração do sistema existente, de modo a garantir que não haja, em nenhum momento, descontinuidade no suporte estrutural da laje.

12.8. Orçamento dos serviços, a ser apresentado de forma detalhada, contendo a discriminação de todos os itens envolvidos na execução do escoramento, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra e demais custos diretos e indiretos, devidamente quantificados e com seus respectivos preços unitários e totais. O orçamento deverá ser elaborado com base em tabelas oficiais, preferencialmente o SINAPI, e ser acompanhado de memória de cálculo, composição de custos unitários e premissas adotadas, de modo a garantir transparência, rastreabilidade e adequada compreensão dos valores apresentados, sendo suficiente e adequado para subsidiar a futura licitação e execução dos serviços.

12.9. Os produtos da contratação deverão ser entregues à Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SAENG) de duas formas:

12.9.1. Em formato digital editável, por e-mail encaminhado ao Fiscal Técnico designado;

12.9.2. Impresso em formato colorido, no endereço abaixo, aos cuidados do Fiscal Técnico designado:

Serviço de Programação e Logística (SEPOL)
Delegacia da Receita Federal de Vitória (DRF/VIT)
Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1.333
Ilha de Santa Maria, Vitória
CEP: 29051-015

12.10. O projeto deve ser elaborado por engenheiro civil/estrutural com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica – CREA), e deve conter, no mínimo:

12.10.1. Diagnóstico da Situação com levantamento das patologias observadas, registro fotográfico e croquis e indicação dos elementos estruturais afetados;



- 12.10.2. Indicação das cargas atuantes na laje (permanentes + variáveis), com identificação da sobrecarga que pode ter gerado o dano estrutural.
 - 12.10.3. Planta baixa com posicionamento e distância da locação da locação das escoras.
 - 12.10.4. Detalhes de ancoragem e contraventamento;
 - 12.10.5. Dimensionamento das escoras e elementos auxiliares.
- 12.11. A SAENG tem o prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega do Projeto de Escoramento na versão digital por e-mail para avaliar o produto entregue e verificar a sua compatibilidade com:
- 12.11.1. A norma ABNT NBR 15696/2009 e demais normativas técnicas pertinentes;
 - 12.11.2. Os termos deste Documento de Especificações;
 - 12.11.3. Os termos do Termo de Referência.
- 12.12. Caso a análise da SAENG conclua pela inconformidade do produto apresentado, a empresa deverá ser notificada para providenciar as correções indicadas.
- 12.12.1. Serão solicitadas tantas revisões quantas necessárias até que o Relatório Técnico seja considerado como adequado na sua totalidade.

Do recebimento:

- 13.1. O objeto da contratação será recebido:
 - 13.1.1. Provisoriamente;
 - 13.1.2. Definitivamente.
- 13.2. O Recebimento Provisório se dará ao final do período contratual, após verificação da conformidade dos produtos esperados da contratação.
- 13.3. O Recebimento Definitivo se dará ao final do período contratual, após a confirmação que todas as entregas estão conforme as exigências contratuais ou legais

Disposições finais:

- 14.1. Havendo divergência entre os termos deste Documento de Especificações e os termos do Termo de Referência, prevalecem os do Documento de Especificações.
- 14.2. É vedada a participação, direta ou indireta, do contratado responsável pelo projeto básico do escoramento da laje da DRF/VIT, na licitação de execução do objeto a que se refere, bem como de pessoas físicas ou jurídicas a ele vinculadas, nos termos do art. 14, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses legais previstas.

São responsáveis pela elaboração deste Documento de Especificações:



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Assinado digitalmente

Manuela Maria da Rocha e Silva

Arquiteta

Seção de Obras e Serviços de Engenharia

DIPOL/ SRRFo7

Assinado digitalmente

Júlia Furtado Guerini

ATRFB

Seção de Licitações

DIPOL/ SRRFo7